

Diacronia da ocupação do edifício N.P. 47-49/89-90, Rua da Fonte Taurina/Muro dos Bacalhoeiros

Helena Marçal *

RESUMO

O projeto de ampliação do Porto Pestana Hotel (2013-2015), na Ribeira do Porto, junto à Rua da Fonte Taurina e ao Muro dos Bacalhoeiros (muralha medieval), implicou a intervenção arqueológica (estudo do edificado, acompanhamento e escavação arqueológica), enquadrada pela empresa Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia e Património, Lda., nos seis edifícios integrados no projeto.

Com cronologia atribuível ao século XIX, o edificado revelou-nos um manancial de informação, do período romano à época contemporânea, evidências da dinâmica ocupacional neste espaço intramuros da cidade, ao longo de vários séculos. Com este artigo pretendemos apresentar uma leitura cronológica do edifício que, em traços gerais, poderá ser comum ao conjunto do edificado da frente ribeirinha.

PALAVRAS-CHAVE

Porto; Ribeira; arqueologia.

ABSTRACT

The project to enlarge Porto Pestana Hotel (2013-2015), on the Porto Ribeira, near the Rua da Fonte Taurina and the Muro dos Bacalhoeiros (medieval wall), involved archaeological intervention (study of the building, monitoring and archaeological excavation), framed by Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia e Património, Lda., in the six buildings integrated in the project.

With chronology attributable to the 19th century, the edified revealed to us a wealth of information from the Roman period to the Contemporary era, evidences of the occupational dynamics in this space within the walls of the city over several centuries. With this article, we intend to present the chronological reading of the building which, in general, may be common to the set of buildings of the riverside front.

KEYWORDS

Porto; Ribeira; Archaeology.

1. INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica inseriu-se no projeto de alteração e ampliação das instalações do Pestana Porto Hotel¹, que abrangeu seis edifícios, localizados entre a Rua da Fonte Taurina (N.P. 35 a 57) e o Muro dos Bacalhoeiros (N.P. 64 a 95)².

Com este texto pretendemos dar a conhecer os resultados do trabalho por nós efetuado no edifício sito nos números 47-49 da Rua da Fonte Taurina. Este, de origem medieval, possui uma longa cronologia ocupacional, sobre a qual nos pretendemos debruçar. Para tal desenvolveremos o nosso artigo da seguinte forma: enquadramento histórico, no qual realçaremos o período medieval; breve descrição da zona de implantação do edifício; caracterização do contexto arqueológico; descrição sumária do edifício; fases de ocupação deste; a casa medieval na historiografia, pois este é o período de ocupação que pretendemos destacar; e, por fim, algumas considerações finais.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Na génese da ocupação da cidade do Porto encontra-se o castro proto-histórico localizado no Morro da Pena Ventosa. Vestígios deste, que apontam para uma cronologia de ocupação entre os finais da Idade do Ferro e inícios da Idade do Bronze, foram identificados na Rua D. Hugo³ (Marçal, 2012-2013), no N.P. 5 da Rua D. Hugo⁴ (Silva, 2000b) e no edifício do aljube eclesiástico⁵ (Teixeira, 2011).

Vestígios da romanização do castro foram igualmente identificados no N.P. da 5 Rua D. Hugo (Silva, 2000b), na Rua D. Hugo (Marçal, 2012-2013) e em diversas intervenções nas imediações da Sé, no interior da área amuralhada (Silva, 2000a). Na zona mais baixa da cidade, nas proximidades do rio, a intervenção arqueológica dos anos 90 do século XX, na Casa do Infante, permitiu a identificação de vestígios coevos (Teixeira e Dórdio, 2000). Durante o período romano, a zona da Ribeira seria um local estratégico para o controlo do comércio (Afonso, 2012).

Durante o período medieval, em 1120, D. Teresa doou o couto do Porto ao bispo D. Hugo que, em 1223, lhe concedeu carta de foral. No centro do burgo fortificado foi

¹ Atual Pestana Porto Vintage Hotel.

² Edifícios com regime de proteção, por estarem inseridos na Zona Histórica do Porto, classificada como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro, e Portaria n.º 975/2006, de 12 de junho), e no Centro Histórico do Porto, classificado como Monumento Nacional (Aviso n.º 15173/2010, de 30 de julho, ao abrigo do artigo 15.º, n.º 7, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, por ter sido inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 1996).

³ Entre a casa N.P. 39-40 foi identificada uma casa castreja, um lajeado e um muro.

⁴ Arqueossítio e sede da Ordem dos Arquitetos do Norte. Os trabalhos realizados nos anos 80 do século XX, por Manuel Real, permitiram identificar diversas estruturas.

⁵ No âmbito dos trabalhos para a construção da residência universitária foi identificado um troço da muralha pré-romana.

edificada a Sé, que funcionou como o centro nevrálgico da vida deste. À sua volta desenvolveu-se o núcleo habitacional e estabeleceram-se as atividades económicas. Extramuros, na zona baixa da cidade, em Miragaia e na Ribeira, desenvolveram-se, em simultâneo, pequenos núcleos populacionais associados a atividades ligadas ao rio e ao mar.

A partir dos séculos XII-XIII assistiu-se a um aumento populacional dentro e fora de muralhas, impulsionado pela melhoria das condições de vida e pela migração. No término da centúria de 1200, “a cidade vai crescendo em torno de dois polos principais, o morro da Sé onde está instalado o poder clerical secular, e a zona ribeirinha local de negociantes e burgueses. A ligação entre estas duas zonas dá-se através de uma malha urbana de cariz orgânico que os interliga” (Queirós, 2014, p. 140).

A partir do século XIII, a Ribeira tornou-se um importante centro económico, lugar de transações comerciais, de partida e chegada de navios e mercadorias, armazenadas nos edifícios próximos. Aqui se localizavam as boticas, bancas de vendas e oficinas e se instalavam os burgueses e artífices. Em 1325, foi construída a Alfândega Régia e, posteriormente, no edifício contíguo, a Casa da Moeda⁶ (Teixeira e Dórdio, 2000).

Entre 1350 e 1370, foi construída uma nova linha de muralha, que abrange uma área com cerca de 45 hectares, com diversas portas e postigos virados para o rio Douro, que incluiu a Ribeira e Miragaia, o que demonstra a importância económica que esta zona passou a adquirir (Queirós, 2014).

Em 1491-1492, um grande incêndio destruiu inúmeras casas e bancas de venda na zona da Ribeira. Como consequência, o espaço, que se encontrava sobrelotado, foi alvo de uma reestruturação (Machado, 1997).

Progressivamente, durante o período moderno e contemporâneo, com o surgimento de novas funcionalidades na cidade, a Ribeira perdeu, progressivamente, o seu papel como centro nevrálgico económico e comercial. Entre a segunda metade do século XVIII e finais do século XIX, a reestruturação urbana e perda de funcionalidade defensiva conduziu à demolição de grande parte da muralha fernandina, restando atualmente somente alguns troços, de entre os quais o Muro dos Bacalhoeiros.

2.1. BREVE DESCRIÇÃO DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO EDIFÍCIO

O edifício possui fachada norte virada para Rua da Fonte Taurina e fachada sul assente no Muro dos Bacalhoeiros, troço da muralha fernandina que deve o seu nome ao local de atracagem dos lugres provenientes da pesca do bacalhau. Aqui se encontra implantada a primeira linha de casario da cidade virada para o rio. Características da cidade do Porto, as casas são encostadas umas às outras, com fachadas estreitas, altas e compridas.

⁶ Espaço atualmente ocupado pela Casa do Infante, na Rua da Alfândega, N.º 10. A Casa da Moeda funcionou neste espaço até ao século XVIII.

A Rua da Fonte Taurina é uma das mais antigas artérias da cidade do Porto. Aparece referenciada em documentos desde a Baixa Idade Média (1296), tendo a sua designação variado ao longo dos tempos: Fonte de Aurina, Fonte Ourina, Fonte d'Ourina e Fonte Tourina (Silva, s.d. *apud* Dias, 2007).

Nas suas imediações localizam-se o Postigo do Carvão (único sobrevivente dos 14 existentes na muralha fernandina), que permite o acesso entre o Cais da Estiva e a Rua da Fonte Taurina, e cujo nome, segundo a historiografia, se deve ao facto de ser este o local de entrada do carvão para os armazéns da Rua da Fonte Taurina (Barros, 2016), e a Praça da Ribeira, importante centro económico do Porto no período medieval.

Esta é uma rua estreita, com casario alto e fachadas estreitas, com cronologia essencialmente do século XIX. No entanto, Silvana Sousa (2017) identificou a preservação de elementos medievais em edifícios localizados entre a Rua da Fonte Taurina e o Postigo do Carvão, como acontece no N.P. 18, que “apresenta pano murário visível e apoio pétreo para sobrado” (Sousa, 2017, p. 76), e no N.P. 44B, que possui “suporte pétreo para sobrado, pisos superiores em taipa” (Sousa, 2017, p. 77).

FIGURA 1. A ribeira do Porto no período medieval, com a localização aproximada da área do projeto assinalada a vermelho (Branco, Real e Afonso, 1999).

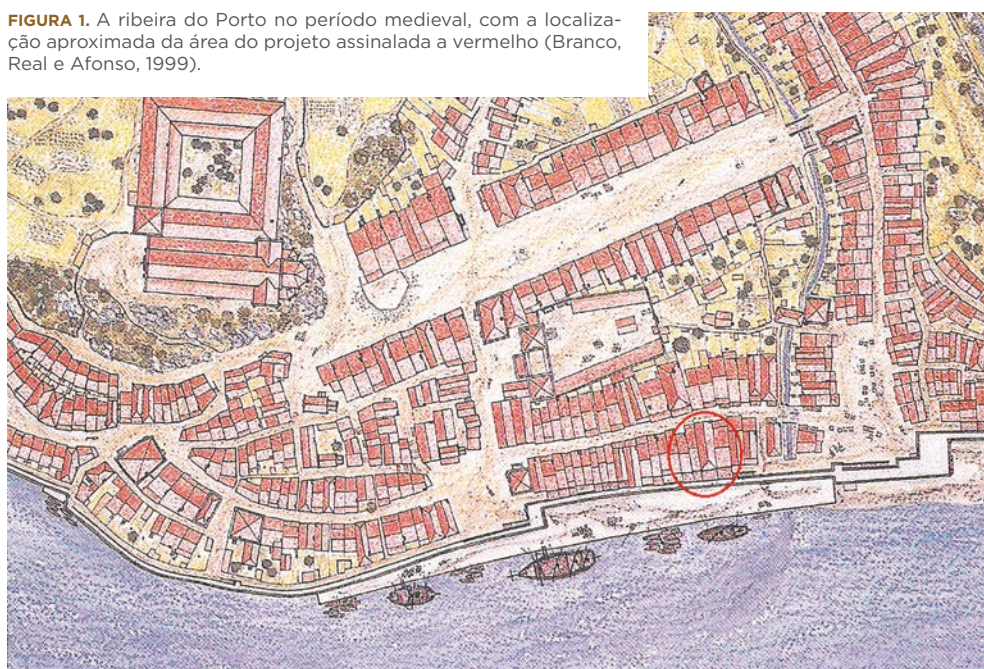
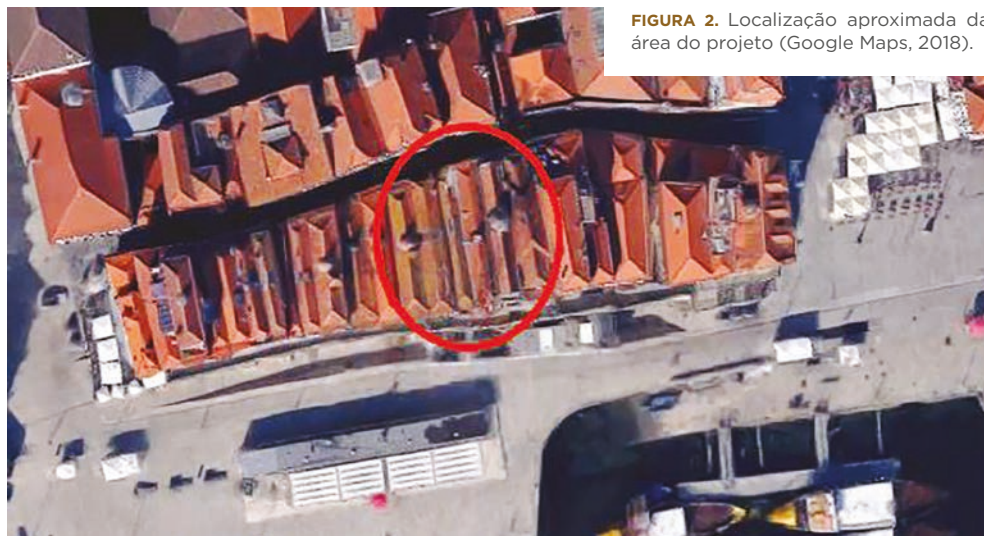


FIGURA 2. Localização aproximada da área do projeto (Google Maps, 2018).



3. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A intervenção arqueológica requereu, numa primeira fase, a análise e registo do edificado, da responsabilidade de Teresa Silva, sendo da incumbência da signatária a segunda fase – acompanhamento de obra e sondagens arqueológicas.

A realização destas tarefas propiciou-nos a elaboração de um registo exaustivo das técnicas e materiais de construção utilizados nos edifícios e a identificação das fases de construção destes. Possibilitou-nos também a deteção de diversas ocorrências patrimoniais. Estruturas contemporâneas: rampas; lajeados; fossas sumidouros, condutas em granito e cerâmica; muros; pilares e alinhamentos de fachadas; estruturas modernas: muros; linha de pilares associada a um sistema de arcaria e alinhamento de fachadas; e estruturas medievais: um lajeado, piso em terra batida, um pilar, buracos de poste, muros e paredes.

O espólio encontrado possui, igualmente, uma grande amplitude cronológica, do período romano ao contemporâneo, e é composto por uma grande variedade de elementos. O espólio romano é composto, essencialmente, por cerâmica comum, ânforas e *sigillata*. São materiais que não se encontram em depósitos selados, mas misturados com depósitos posteriores. Com cronologia medieval destaca-se a identificação de cerâmicas pintadas, vidrados importados e faiança de Paterna e Manises, associados a depósitos medievais. Do período moderno e contemporâneo destaca-se a presença de inúmeras faianças e madeiras com marcas dos carpinteiros.

3.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO EDIFÍCIO

O edifício é estreito, alto, com pé-direito mais baixo que os contíguos, com cerca de 19 m de comprimento. Possui fachada norte virada para a Rua da Fonte Taurina, com quatro andares, aos quais acresce o piso 0. Nos pisos 3 e 4 existem dois vãos retangulares de janelas de guilhotina, com padieiras arqueadas e moldura em granito. Nos pisos 1 e 2 abrem-se dois vãos retangulares de janela de sacada em madeira, envidraçadas, retangulares, com moldura em granito e padieiras arqueadas, que dão acesso a varanda em granito e ferro forjado. No piso 0, dois vãos de porta de uma folha em madeira maciça dão acesso ao interior do edifício.

A fachada sul, virada para o Muro dos Bacalhoeiros, possui quatro pisos, aos quais acresce o piso -1. No piso 4 existem dois vãos de janela retangulares, com duas folhas, desenho quadriculado e moldura em madeira. Os pisos 2 e 3 possuem dois



FIGURA 3. Fachada virada para a Rua da Fonte Taurina.

vãos retangulares de janela de sacada, com padieiras arqueadas e moldura em granito, que dão acesso a varanda em granito e ferro forjado. No piso 1, dois vãos de porta em madeira, com bandeira envidraçada e moldura em granito, permitem o acesso ao edifício. No piso -1, ao nível do Muro do Bacalhoeiros, observa-se um vão retangular, estreito e entaipado.



FIGURA 4. Edifício do projeto em 191(?) (assinalado com seta vermelha) (Foto Guedes, 1885-1932).



FIGURA 5. Edifício na atualidade (assinalado com seta vermelha).

As fachadas são construídas em diferentes materiais. No piso 4 utiliza-se a madeira (na fachada sul, o tabique e, a norte, taipa de rodízio tipo cruz de Santo André). Nos restantes pisos, a alvenaria de granito. Nas paredes laterais dos quatro pisos superiores empregam-se diversas técnicas, com recurso à utilização de madeira, argamassa e tijolo: o tabique, a taipa de rodízio tipo cruz de Santo André e a taipa de prumos ao alto. Somente as paredes dos pisos -1 e 0 são construídas em alvenaria de granito. Estas são paredes meeiras, partilhadas com os edifícios adjacentes. As paredes interiores são construídas em taipa de fasquio ou tabique.



FIGURA 6. Parede oeste do piso 3. Taipa de prumos ao alto.



FIGURA 7. Parede oeste do piso 4. Taipa de rodízio tipo cruz de Santo André.

3.2. FASES DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO

O edifício que chegou à atualidade é fruto de diversas obras de reconstrução e acrescentos, mas a sua origem é medieval. Tendo por base a análise dos vestígios identificados, tentámos elaborar o que nos parece ser a sequência cronológica da sua ocupação, que iremos expor faseadamente, do mais recente para o mais antigo:

Fase I – Os vestígios mais antigos de ocupação do espaço são anteriores à construção do edifício original. A esta fase corresponde um pilar em granito (UE 341), identificado *in situ*, inserido na parede oeste do piso -1. A sua preservação deve-se ao facto de ter sido integrado na parede da nova construção. Associado a este foi identificado um lajeado em granito (UE 345), na área de ocupação do edifício adjacente, sendo que, do lado contrário, na área ocupada pelo atual edifício, foi detetado um pavimento em terra batida (UE 328), bem como a camada de preparação para o seu assentamento. Sob esta foi identificado um lastro em pedra de granito, que poderá estar associado à preparação para a colocação do pavimento ou à destruição de uma estrutura.



FIGURA 8. Detalhe do pilar em granito e do seu alicerce (UE 341).

FIGURA 9. Pormenor do lajeado em granito (UE 345), coevo do pilar.

FIGURA 10. Plano final da sondagem O3 após o desmonte das paredes oeste e este Marçal, et al., 2014-2016).

A identificação destes elementos leva-nos a colocar a hipótese de que, numa fase anterior à construção do edifício do século XIV-XV, o parcelamento do espaço seria diferente, estando ambas as parcelas integradas no mesmo edifício, do qual o pilar e o lajeado seriam os vestígios sobreviventes.

Fase II – Da Baixa Idade Média (entre o século XIV e XV) deve datar a construção do edifício original. Da sua fisionomia pouco conseguimos aferir. No entanto, conseguimos identificar o alinhamento da sua fachada sul, que terá perdurado até ao período moderno.

O edifício atual integra um lote estreito e comprido (com cerca de 57 m²), cujas dimensões originais seriam mais reduzidas, uma vez que o limite sul do edifício estaria recuado, cerca de 4 m, em relação à muralha. A essa distância identificámos as costuras das paredes do piso -1, que devem corresponder ao limite sul do edifício. Na parede de meação do lado oeste foi identificada *in situ* uma ombreira de porta, composta por três fiadas de pedras, acima do lajeado contemporâneo. Esta assenta sobre uma pedra com um rasgo, que poderia estar associada ao funcionamento de uma porta.

Do lado contrário, na parede de meação do lado este, detetámos uma pedra sobre a qual assenta a parede e que poderá corresponder ao fecho do edifício. Esta encontra-se parcialmente integrada no lajeado.



FIGURA 11. Ombreira detetada no limite sul da parede oeste.



FIGURA 12. Limite sul da parede este à qual encosta o acrescento do século XVIII.

O levantamento do lajeado para abertura da sondagem 03, no centro do edifício, permitiu-nos obter uma leitura em profundidade do paramento interior das paredes medievais. A sua observação permitiu-nos concluir que, a partir da terceira fiada acima do lajeado, que coincide com o limite da ombreira, o aparelho das paredes é diferente, o que nos leva a crer que a parede acima da ombreira tenha uma cronologia mais recente. O edifício terá, em determinada altura, sido objeto de obras, que reconstruíram parcialmente as paredes e integraram o que remanesceu no novo edifício.

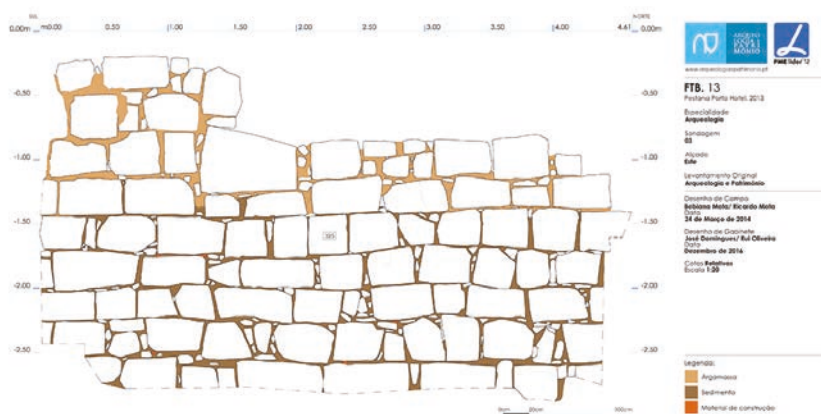


FIGURA 13. Alçado da parede este (UE 325) (Marçal, *et al.*, 2014-2016a).



FIGURA 14. Pormenor da parede este, onde se visualiza a diferença de aparelho construtivo.

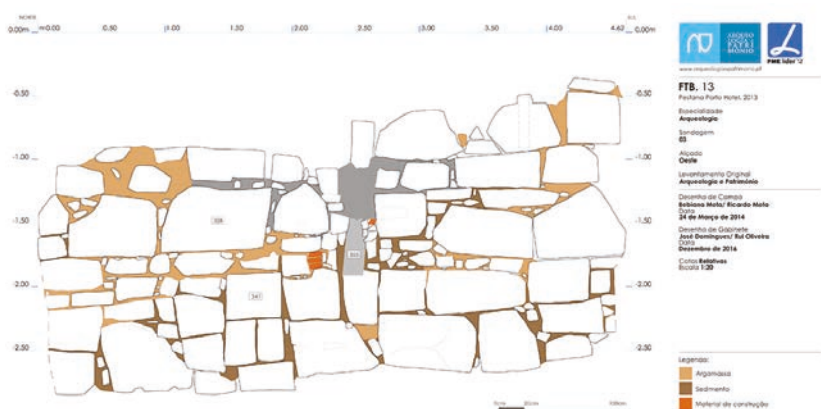


FIGURA 15. Alçado da parede este (UE 325) (Marçal, *et al.*, 2014-2016a).



FIGURA 16. Pormenor da parede este, onde se visualiza a diferença de aparelho construtivo.

Em relação à fachada norte, não conseguimos esclarecer, com clareza, a sua localização, uma vez que os condicionamentos do acompanhamento não o permitiram. No entanto, consideramos que esta poderia ser um pouco mais recuada em relação à atual.

Relacionados com a ocupação do edifício, durante este período identificámos um buraco de poste (UE 316), possivelmente associado a um momento de obra, um piso em terra batida, a vala de fundação da parede oeste (UEs 326 e 315) e diversos depósitos dos quais foi recolhido espólio coevo, que poderão estar associados ao entulhamento do espaço e subida de cota, o que nos leva a supor que o nível de ocupação medieval seria a uma cota inferior. A cerca de 1 m de profundidade foi identificado um lastro (UE 323), composto por pedras de diversa dimensão, que cobre todo o espaço da sondagem e que poderá estar associado à construção da parede este (UE 325) ou à destruição de alguma estrutura pré-existente.

O desmonte da faixa sul dos edifícios permitiu-nos obter um vislumbre do que poderia ser a viela medieval, situada entre estes e a muralha, e que permitia a circulação junto da face interna desta. A viela terá deixado de ter utilidade no período contemporâneo, tendo sido “engolida” pelo avanço dos edifícios sobre o Muro dos Bacalhoeiros.



FIGURAS 17 E 18. Memória da antiga viela entre o limite sul dos edifícios e a muralha.

Fase III – Durante o período moderno o edifício terá sofrido obras que lhe alteraram a fisionomia. Num primeiro momento (século XVI(?)), foi mantido o alinhamento da fachada medieval, com obras de restauro ou reconstrução visíveis no paramento dos pisos 0 e -1. Num segundo momento (século XVII(?)), terá sido construída uma arcaria, assente em pilares de granito, que se localizavam em cada uma das paredes. Identificá-mos o pilar de assentamento do arco da parede este e a base do pilar da parede oeste.

Vestígios deste sistema foram também detetados nos restantes edifícios integrados no projeto, mas somente no edifício N.P. 82, 83 e 84 do Muro dos Bacalhoeiros ficou preservado um arco de volta perfeita, o que nos elucidou sobre como poderia ser esta estrutura. A sua construção teria como objetivo a manutenção da circulação no espaço público sob a arcaria e permitir, em simultâneo, a sustentação dos pisos superiores que, com esta construção, avançam alguns metros para sul, na direção da muralha, aumentando, assim, o seu comprimento.



FIGURA 19. Arco entaipado identificado no edifício N.P. 82, 83 e 84.



FIGURA 20. Identificação do pilar durante o desmonte da parede este.



FIGURA 21. Linha de pilares para assentamento da arcaria (assinalados com seta vermelha).

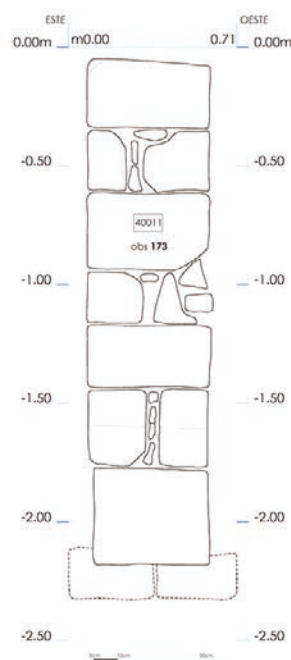
Associada aos pilares, foi detetada uma linha de pedras que encosta à base destes, cuja funcionalidade ainda não conseguimos aferir com clareza, podendo tratar-se de um pavimento ou de uma soleira.

Pensamos que a fachada norte do piso -1 possa ser coeva desta fase de ocupação. Esta possui um arco abatido muito tosco, parcialmente destruído por uma intervenção no século XX. A existência, na fachada norte do edifício vizinho, de um arco idêntico, propiciou-nos a realização de uma pequena observação, que permitiu examinar parte do seu intradorso. Verificámos que o arco se estende, pelo menos, 1 m sob a Rua da Fonte Taurina. Todavia, não nos foi possível alcançar o seu término, nem esclarecer a sua funcionalidade.

Consideramos a hipótese de estas duas fachadas terem estado integradas no mesmo edifício, uma vez que o troço de parede que as separa é mais recente e possui um aparelho mais arcaico. Este encosta à fachada, ocultando parcialmente a lateral do arco, e a uma costura a cerca de 4 m para sul da fachada.

O avanço da parede para norte assentou sobre dois alinhamentos paralelos (UE 40015 e 40016), com orientação oeste-este, cuja funcionalidade ainda não conseguimos esclarecer com clareza.

Pensamos que datará desta fase o vão de porta (entaipado) identificado na parede este do piso 0, a cerca de 1 m da costura da faixa sul. Este permitiria a comunicação entre os dois edifícios contíguos, o que nos leva a pensar que estes possam ter estado, em determinado momento, integrados no mesmo espaço habitacional. Não seria in-



FTB. 13

Pestana Porto Hotel, 2013

Especialidade Arqueologia

Edifício 04 : Obs 173

Alçado U.E. 40011 - Pilar

Desenho de Campo Helena Marçal/ Anabela Rodrigues

Data 06 de Março de 2014

Desenho de Gabinete José Domingues/ Rui Oliveira

Data Dezembro de 2016



FIGURA 22. Parede este do edifício. Pilar (UE 40011, Obs.173) (Marçal, *et al.*, 2014-2016b).

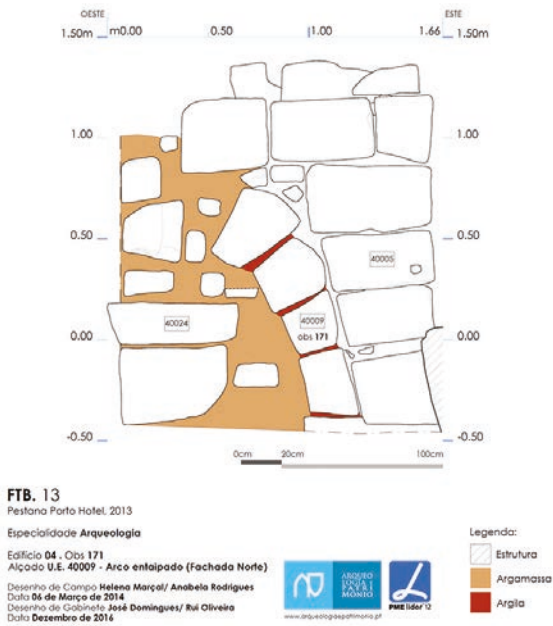


FIGURA 23. Arco abatido (UE 40009) da fachada norte (Marçal, *et al.*, 2014-2016a).



FIGURA 24. Arcos da fachada norte dos edifícios.



FIGURAS 25 E 26. Perspetivas da parede da faixa norte da parede oeste.



FIGURA 27. Pormenor do alinhamento (UE 40016, Obs. 184).



FIGURA 28. Pormenor do alinhamento (UE 40015, Obs. 184).



FIGURA 29. Parede este do piso 0. Vão de porta entaipado.

comum que famílias ou instituições com mais posses procedessem à união de vários edifícios heterogêneos (Duarte, 2003).

Fase IV – No período contemporâneo (século XVIII) o edifício terá sido novamente alvo de obras, identificadas por nós na faixa sul deste, a partir da observação das costuras nas paredes do piso -1 e 0. Este avançou sobre a muralha medieval, à qual vai encostar, ocupando o espaço público de circulação, a antiga viela medieval.

Para tal, procedeu-se ao desmonte e destruição da arcaria, construída no período anterior, tendo os seus vestígios ficado ocultos pelo acrescento das paredes. Este processo permitiu aumentar a extensão do edifício. Este

acrescento, que encosta às paredes originais, não possui alicerce e é mais estreito que a parede original, tendo sido utilizados para a sua construção elementos arquitetónicos como aduelas de arcos e ombreiras de porta.

Terá sido nesta fase que se procedeu à construção de uma espécie de espessamento junto da muralha, que irá servir de apoio ao assentamento dos pisos superiores. Este possui cerca de 2,50 m de largura, estando adossado à face interior, aumentando a espessura desta. Ao nível do piso -1, este espessamento é maciço, tendo sido possível observar o seu alicerce durante os trabalhos na sondagem 04. O mesmo não aconteceu no piso 0. A existência de um espaço aberto, com cerca de 0,50 a 70 cm, permitiu a abertura de um pequeno vão de janela, na parede este, possibilitando a comunicação com o espaço vizinho.



FIGURAS 30 E 31. Paredes oeste e este do piso 0. Costura onde encosta o avanço da parede (assinalada com seta vermelha).



FIGURA 32. Espessamento da parede adossado ao pilar.



FIGURA 33. Parede este do piso 0. Vão de janela entapado.

Fase V – Do período contemporâneo (século XIX) deverá datar uma fase de grandes obras no edifício, que lhe conferiram a fisionomia que irá manter até ao século XX. A construção do edifício não foi uma construção de raiz, uma vez que este utilizou parte da construção mais antiga. Terão também sido efetuadas obras no piso -1: colocação de um lajeado (UE 40001, Obs. 170) em granito; construção de uma rampa (UE 40000, Obs. 169) encostada à fachada norte; e instalação de uma fossa sumidouro, com forma retangular (UE 305), para a qual escoavam os detritos dos pisos superiores, através de um cano inserido na parede. Do seu interior foram retirados, essencialmente, carvão e cinza, que pensamos possam estar associados a alguma atividade metalúrgica exercida neste local. Associada à fossa, foi identificada uma conduta em granito (UE 302), que escoava os detritos para o exterior do edifício, através de uma abertura no Muro dos Bacalhoeiros.



FIGURAS 34 E 35. Perspetivas das estruturas do piso -1.



FIGURA 36. Vão entaipado no Muro dos Bacalhoeiros.

Terá sido nesta fase que se procedeu à abertura de vãos na muralha, para permitir o acesso entre o Cais da Estiva e os edifícios. O vão deste edifício é muito estreito e estava fechado por uma grade. Poderá ter funcionado como uma espécie de “janela”, mas deixou de ter utilidade e foi entaipado no século XX.

4. A CASA MEDIEVAL NA HISTORIOGRAFIA

O edifício medieval teria a tipologia típica das casas deste período: pequenas, estreitas e altas. Como afirma Silvana Sousa, a dimensão dos lotes habitacionais não ultrapassaria “os 30 ou 40 m², o que leva à construção em altura e ao acrescento de sobrados e consequentemente divisões” (Sousa, 2017, p. 31).

Também Luís Miguel Duarte corrobora a ideia de casas de dimensões reduzidas, comparativamente com os padrões atuais, com cerca de 20, 30 ou 40 m², com pé-direito baixo, compensando em altura a falta de largura, construindo, assim, vários pisos superiores (Duarte, 2003, pp. 183-192).

As cozinhas ficariam nos andares de cima, por causa dos cheiros e do risco de incêndio. Para além do edifício de habitação, alguns possuíam, nas traseiras, quintais ou exidos para a criação de animais e cultivo.

Somente os primeiros pisos seriam construídos em alvenaria de granito. Os pisos superiores eram construídos com materiais mais baratos, leves e perecíveis (madeira, argamassa e tijolo), uma tradição que se irá manter no Porto, com algumas variantes, até ao século XIX. Neste período seria utilizada a técnica do tabique, semelhante ao *fachwerk*: “o tabique é feito por sectores compreendidos num esqueleto de madeira, com barrotes horizontais e a prumo cortados por diagonais, e os vãos cheios com tijolo e barro, por vezes à vista, dispostos decorativamente em espinha ou de outro modo” (Oliveira e Galhano, 2003, p. 281). Em Portugal, por norma, o tabique era posteriormente revestido com argamassa.

Estes pisos superiores eram construídos, muitas vezes, em ressalto, “sustentado as mais das vezes apenas pelas próprias traves do soalho desses andares, que sobressaem, apoiadas em escoras oblíquas, em cachorros, em grossos socos de pedra arredondados e em forma de cornija ao longo de toda a fachada, ou ainda, em casos raros, mas notáveis, em colunas de pedra; por vezes o ressalto é só de um lado, ficando a parte de tabique de

esguelha sobre os pisos inferiores de pedra” (Oliveira e Galhano, 2003, p. 280). Este tipo de construção permitia ganhar espaço, avançando um pouco sobre a rua, ocupando o espaço público, por norma já exíguo, o que tornava as ruas mais escuras.

Também João Laranja Queirós nos diz que algumas edificações tinham “avanços, varandas ou consolas, que, mediante a largura da rua, permitiriam formar passagens aéreas, ou unir as casas” (Queirós, 2014, p. 148).

O interior das habitações seria parco em mobiliário. Nas casas “populares o mobiliário era escasso: enxergas colocadas no chão, uma ou duas arcas onde se guardava tudo o que pudesse ter algum valor, uma trempe para suspender uma panela, algumas prateleiras, um ou outro banco corrido” (Duarte, 2003, p. 190). “Só nos finais do séc. XV inícios do XVI, se começam a encontrar vidraças nas janelas. Portadas de madeira ou cortina de encerado, constituíam a única proteção em relação ao frio, vento, chuva e calor” (Duarte, 2003, p. 190). Como as casas tinham poucas aberturas, “o ambiente poderia ser irrespirável devido ao fumo das lareiras e das tochas resinosas para iluminação” (Duarte, 2003, p. 190).

As casas funcionavam muitas vezes como lugar de trabalho e habitação, constituindo, assim, “um tipo híbrido funcional da residência urbana e estabelecimento comercial, ao mesmo tempo, referidos à mesma família, estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade de classe de que é própria, que tinha as suas lojas, armazéns ou oficinas no rés-de-chão, junto à porta, abertas ao público, sem qualquer aparato, e habitava os pisos superiores, é caracteristicamente a casa popular e burguesa de mesteiros e comerciantes, estreita por economia de terreno e manutenção e pelas exigências do espaço” (Oliveira e Galhano, 2003, p. 279).

O carácter misto das habitações “observa-se pela existência por norma de duas portas, uma para a residência e uma segunda mais larga para a loja, existindo muitas vezes, soluções especiais de comunicação entre aqueles dois sectores, tais como escadas privativas ou alçapões entre os andares de cima e o estabelecimento” (Oliveira e Galhano, 2003, p. 280), que se poderão ter estendido a um período mais tardio.

Devido à proximidade da muralha, seria natural que os habitantes tirassem daí partido. Nas “casas junto ao muro era frequente a colocação de pranchas que faziam a ligação entre a habitação e a muralha” (Machado, 1997, p. 235). Era igualmente normal encontrar, ao longo da muralha, “boticas, assentos e casas que proliferam à sombra [desta]” (Machado, 1997, p. 235).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo resulta da pesquisa bibliográfica e da análise dos dados recolhidos durante a intervenção arqueológica. Com ele pretendemos dar o nosso contributo para um melhor conhecimento da dinâmica construtiva e ocupacional desta zona da cidade e das vivências da sua população. Este funcionou como o arquétipo do trabalho por nós desenvolvido e que pretendemos alargar ao restante edificado.

No entanto, é necessário ter em conta que o nosso estudo ainda se encontra numa fase muito embrionária, uma vez que existe um manancial de dados arquitetónicos e

arqueológicos relativos aos restantes edifícios intervencionados que carece ainda de um estudo mais aprofundado, o qual nos poderá fornecer dados importantes sobre a diacronia da ocupação do espaço. O mesmo acontece com o conjunto de espólio exumado, composto por um grupo muito diversificado de elementos, cujo estudo seria uma mais-valia para o conhecimento do quotidiano das gentes que habitaram a Ribeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, D. B., 2012. *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Baptista, L. M. G., 2018. *Relatório prévio de caracterização e avaliação arqueológica, Rua dos Mercadores, 90-92*. Porto: Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca – Arqueologia e Património, Lda.

Barros, A. J. M., 2016. *Porto: a construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha.

Branco, L. A., Real, M. L. e Afonso, J. F., 1999. *Extrato da planta de reconstrução da cidade do Porto na Idade Média*. Porto: Arquivo Municipal do Porto.

Carvalho, T. P., Guimarães, C. e Barroca, M. J., 1996. *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Dias, T., 2007. Origem da Fonte Taurina e a idade da Fonte da Colher – O Porto e a água das fontes. *Ruas da minha terra – Porto*, [blogue] 1 de outubro de 2007. Acessível em: <<https://ruasdoporto.blogspot.com/2007/10/origem-da-fonte-aurina-e-idade-da.html>> [Consultado em 22 de junho de 2018].

Duarte, L. M., 2003. *Quando as casas se queriam pequenas (espaço e medidas na Idade Média)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

Foto Guedes, 1885-1932. [*Cais da Estiva e Muro dos Bacalhoeiros*]. [fotografia digital]. Acessível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/616435/?q=Cais+da+estiva>> [Consultado em 22 de junho de 2018].

Google Maps, 2018. *Cais da Estiva 41.140467, -8613794*. [em linha] Acessível em: <<https://www.google.pt/maps/place/Cais+da+Estiva+90,+4050-029+Porto/@41.1406681,-8.6140725,19z/data>> [Consultado em 12 de junho de 2018].

Machado, M. F. P., 1997. A praça da ribeira no porto Manuelino. *História – Revista da Faculdade de Letras*, 14, pp. 231-245.

Marçal, H., 2012-2013. Tipologias de ocupação da Rua D. Hugo (Morro da Sé, Porto). *OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património*, 6, pp. 77-78.

Marçal, H., Rodrigues, A. (desenho de campo), Domingues, J. e Oliveira, R. (desenho de gabinete), 2014-2016a. FTB. 13. *Pestana Porto Hotel, 2013. Edifício 4. Obs. 171. Alçado U.E. 40009 – Arco entaipado (fachada norte)*. Escala 1:20. Matosinhos: Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia e Património, Lda.

Marçal, H., Rodrigues, A. (desenho de campo), Domingues, J. e Oliveira, R. (desenho de gabinete), 2014-2016b. FTB. 13. *Pestana Porto Hotel, 2013. Edifício 4. Obs. 173. Alçado U.E. 40011 – Pilar*. Escala 1:20. Matosinhos: Ricardo Teixeira & Vítor Fonseca, Arqueologia e Património, Lda.

Oliveira, E. V. e Galhano, F., 2003. *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: D. Quixote.

Oliveira, R. E. S., 2013. *Duas muralhas, duas cidades. A história militar do Porto medieval*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Queirós, J. L., 2014. O Porto A Formação da Urbe entre o Século XII e o Século XVIII. *Erasmus – Revista de História Bajomedieval y Moderna*, I, pp. 138-151.

Santos, M. H. P. P., 2010. *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Silva, A. C. F., 2000a. Proto-história e romanização do Porto. A investigação arqueológica nos concelhos da área metropolitana do Porto. *Al-Madan*, II série, 9, pp. 136-137.

Silva, A. M. S. P., 2000b. Rua de D. Hugo, 5, um arqueossítio fundador. A investigação arqueológica nos concelhos da área metropolitana do Porto. *Al-Madan*, II série, 9, pp. 94-103.

Sousa, S. R. V., 2017. *Um guia de arquitectura civil medieval na cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Teixeira, R., 2011. Arqueossítio e Ordem dos Arquitectos (1.6). In: A. P. Delgado, P. Q. Valença, M. M. Guimarães, coord., 2011. *Morro da Sé, De Porta a Porta*. Porto: Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S. A. pp. 26-27.

Teixeira, R. e Dórdio, P., 2000. Intervenção arqueológica na Casa do Infante. A investigação arqueológica nos concelhos da área metropolitana do Porto. *Al-Madan*, II série, 9, pp. 132-134.